

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 2906

Data: 16/11/91 Pg.: 01 e 16



Collor anunciou a demarcação ontem, no Palácio da Alvorada

Reserva Ianomami desagrada Tinoco

O reconhecimento das terras dos índios ianomamis — área de 9,4 milhões de hectares —, o que permitirá à Funai proceder à sua demarcação, foi anunciado ontem pelo presidente Fernando Collor, em solenidade realizada nos jardins do Palácio da Alvorada. Em seu pronunciamento, Collor ressaltou que na área está incluída “a faixa de fronteira de exercício pleno da soberania nacional” e que sua decisão de reconhecer as terras baseava-se em “sólido consenso no âmbito do

Executivo”. No entanto, o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, não aplaudiu o pronunciamento do Presidente e negou-se a comentar a decisão — os militares discordam da inclusão da faixa de fronteira com a Venezuela nas terras dos ianomamis. O presidente da Funai, Sidney Possuelo, evitou definir o reconhecimento como uma vitória e preferiu afirmar que não há perdedores. Segundo Possuelo, a demarcação poderá estar concluída em seis meses (Página 5)

Área Ianomami inclui faixa de fronteira

O presidente Fernando Collor anunciou ontem, em solenidade nos jardins do Palácio da Alvorada, o reconhecimento das terras Ianomami com uma área de 9.419.108 hectares, nela incluída "a faixa de fronteira de exercício pleno da soberania nacional". Logo no início do seu pronunciamento o presidente Collor ressaltou que a decisão se apoiava em "sólido consenso no âmbito do Executivo", mas a irritação do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, que não aplaudiu o anúncio do ato presidencial e depois negou-se a fazer comentários, demonstrava que os militares ainda não concordam com a inclusão da faixa de fronteira nas terras Ianomami.

O êxito das negociações entre os vários setores do Governo para demarcar os 9,4 milhões de hectares previstos no projeto original da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi atribuído ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tanto pelo presidente Collor, como pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo. "É o compromisso efetivo do presidente Collor", disse, muito emocionado, o presidente da Funai, que não quis definir a demarcação como uma vitória, "porque não há perdedores". Os militares, com a ajuda do ministro da Educação, José Goldemberg, defendiam a redução da área Ianomami em 2 milhões de hectares, alegando que seria necessário preservar a faixa de fronteira (com a Venezuela), por questão de segurança nacional.

Para demonstrar que essas divergências foram sanadas, o presidente Collor, por mais de uma vez em seu pronunciamento, referiu-se ao assunto: "Com a decisão de hoje (ontem), a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois estamos colocando em prática o artigo 20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios".

O ministro Passarinho também se encarregou de dizer que "essas preocupações foram neutralizadas". Só o general Tinoco, de feição aborrecida durante toda solenidade, não estava satisfeito. "Não tenho nenhuma declaração a fazer", disse quando abordado pelos repórteres.

Com a portaria do ministro Passarinho reconhecendo a área dos Ianomami, a Funai poderá iniciar o processo de demarcação, que, nas estimativas otimistas de Sidney Possuelo, "se tudo correr bem", poderá ser concluído em seis meses. O prazo estabelecido pela Constituição para o Governo demarcar as terras indígenas termina em outubro de 1993. O custo da demarcação e da retirada dos garimpeiros, pouco mais de 70 em toda área, será de Cr\$ 3 bilhões, informou Possuelo.

Na solenidade de ontem, o presidente Collor divulgou também um plano de trabalho das Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento da Amazônia, que defende o desenvolvimento sustentável da região, "com rigorosa observância para o binômio preservação ambiental/crescimento auto-sustentado". Ele sancionou ainda o projeto de lei que cria a Zona de Livre Comércio nos municípios de Pacarema e Bonfim, em Rondônia, na área dos ianomamis, para promover outras formas de desenvolvimento.



O general Carlos Tinoco evitou comentar a decisão de Collor sobre a inclusão da faixa de fronteira nas terras Ianomami

Alto Comando vê promoções

Zenaide Azeredo

Convocado oficialmente para discutir, votar e organizar as listas de candidatos a general-de-exército nas promoções de 25 de novembro, o Alto Comando do Exército estará reunido segunda-feira. Extra-oficialmente não se descarta que os últimos temas de interesse direto da Força — demarcação da reserva Ianomami e licitação de uniformes do Exército — constarão da pauta.

Presidida pelo ministro do Exército, general Carlos Tinoco, a reunião do Alto Comando envolve toda a cúpula militar — 14 generais de quatro estrelas — além de observadores como os chefes do Centro de Informações e Comunicação Social.

Sendo esta a primeira reunião do Alto Comando depois das denúncias que envolveram o Exército em irregularidades numa milionária licitação de uniformes, tem-se como certo que um relatório sobre os acontecimentos envolvendo a denúncia e a auditoria do TCU será levado aos generais. O Exército insiste na tese de que está sendo alvo de uma campanha de difamação e de descrédito, onde interesses estrangeiros estariam manipulando todas as informações veiculadas a respeito.

Nação Ianomami

Igualmente dentro de uma teórica campanha estrangeira, visando a reduzir o poder militar no Brasil — primeiro passo para que as nações desenvolvidas apliquem sua estratégia de internacionalização da Amazônia, conforme se propaga na área militar — insere-se

outro ponto de capital importância para o Exército: o anúncio de demarcação de 9,4 milhões de hectares do território Ianomami.

Um competente trabalho de bastidores foi feito junto a área militar para que o Exército, principalmente, aplacasse suas suspeitas contra essa demarcação junto à fronteira com a Venezuela, onde também existem índios Ianomami. Na concepção de segurança nacional vigente na área militar, a demarcação junto à fronteira poderia propiciar a formação de uma nação Ianomami.

Contrariando toda a expectativa, inclusive da Funai, que só esperava a demarcação para 93, o presidente Collor de Mello montou ontem uma cerimônia pública, de comemoração da República, onde perfilou os ministros militares e anunciou algo que a eles não agrada.

Segundo algumas fontes, com a demarcação, um ponto de honra para o governo do País que sedia a Eco-92, o Exército poderá garantir a criação futura de um pelotão de fronteira na região.

Além disso, os militares teriam, como avalista para a efetivação do projeto de demarcação do território indígena, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um coronel da reserva.

Promoções

Além de licitação e demarcação das terras Ianomami, dois temas que embora díspares parecem caminhar juntos, o Alto Comando votará e organizará na segunda-feira as listas de oficiais para as promoções em três vagas de general (exército, divisão e brigada).

Índios ajudam na medicina

O conhecimento dos povos indígenas da Amazônia sobre as plantas, os animais e a biodiversidade da floresta pode ser fundamental para uma proposta de desenvolvimento sustentado da região da Bacia Amazônica. Esta e outras sugestões fazem parte de um documento, ainda sigiloso, que reúne informações sobre os seis países da Bacia Amazônica. O trabalho será enviado à Conferência Mundial de Meio Ambiente, Eco-92, com uma proposta para o desenvolvimento da região.

Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela abrigam o rio mais caudaloso da Terra que joga no Oceano Atlântico cerca de 220 mil metros cúbicos de água por segundo. Não há ainda números exatos sobre a extensão da Bacia Amazônica, mas, calcula-se em 7,3 milhões de hectares a parte declarada dos seis países. Ainda em sua versão preliminar, o documento vem sendo discutido desde julho por representantes dos países amazônicos e ainda uma equipe de técnicos do Tratado de Cooperação Amazônica, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O trabalho final será apresentado em março.

Em mais de 100 páginas contendo tabelas, quadros e muitas informações sobre a região, o trabalho procura, inicialmente, esclarecer alguns mitos da Amazônia como forma de encarar objetivamente uma proposta de desenvolvimento para a região. Um dos mitos, por exemplo, seria a de um local de espaços vazios e virgem, ou de uma região extremamente rica. "A Amazônia não demonstra ser tão rica e os milhões de hectares de ter-

ras abandonados são uma prova disto". Um exemplo de fracasso seria o esforço dos governos que investiram milhões de dólares, nos últimos tempos, para colonizar a Amazônia. De acordo com o documento destruíram-se 800 mil quilômetros de florestas que foram transformados em pastagens, transferiram-se colonos para a região e o resultado foi muitos projetos abandonados.

Avanço

Segundo o documento, os grandes projetos de colonização da Amazônia não levaram em conta a população indígena. O fato é apontado como um dos grandes erros do passado. Só recentemente, com o avanço dos estudos antropológicos, o conhecimento dos índios sobre a região começou a ser considerado.

Neste sentido, o avanço das organizações dos povos indígenas poderia permitir uma maior participação no desenvolvimento da região. O conhecimento que eles têm sobre a biodiversidade útil das plantas, os animais e as sementes são chaves para a humanidade.

Ainda no capítulo sobre as populações indígenas há vários parágrafos sobre o conhecimento acumulado dos índios durante séculos. No capítulo sobre a biodiversidade, por exemplo, o trabalho relaciona a existência de mais de 2 mil espécies de plantas já identificadas como úteis, a maioria conhecida pelos povos indígenas por suas qualidades medicamentosas, de alimentos ou úteis na produção de azeite e ceras. Além disto, na Amazônia peruana já foram classificadas, com a ajuda da população indígena, 446 espécies de frutos comestíveis, 318 espécies de madeira e 308 espécies de plantas tóxicas. (A.E.)

Exterior influi na demarcação

A pressão da comunidade internacional e a proximidade da Eco-92 levaram o presidente Fernando Collor a decidir pela demarcação dos 9,4 milhões de hectares da reserva Ianomami, no território de Roraima e parte do Amazonas, com o nome oficial de Terra Indígena Ianomami. Pesou também a chegada ao Brasil, amanhã a presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez. Em agosto deste ano, Pérez destinou 8,3 milhões de hectares aos Ianomami e transformou a reserva indígena em patrimônio da humanidade.

A discussão dos problemas que freqüentemente ocorrem na fronteira dos dois países será tema obrigatório na conversa dos dois presidentes. A demora do Governo para resolver a questão poderia causar constrangimento durante a visita. A união das duas nações indígenas sempre foi o principal argumento contara a demarcação dos militares brasileiros por temerem a formação de um território independente.

A demarcação da reserva continua dos Ianomami foi acertada na quarta-feira, numa reunião entre os ministros militares, o da Justiça, Jarbas Passarinho, o das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e o secretário do Meio Ambiente, José Lutzemberg. No encontro, foi batido o martelo, depois que os ministros Rezek e Passarinho informaram aos ministros militares sobre a intensa pressão de países e organizações não-governamentais (ONGs) de diversas partes do mundo, que chegaram a ameaçar boicotar a conferência do Rio, no ano que vem, caso o Governo brasileiro não demarcasse a reserva Ianomami. Lutzemberg foi enfático também ao ameaçar abandonar o cargo no caso de um recuo do Governo brasileiro.

A notícia de que o presidente Collor havia determinado o restituição da proposta da Funai para a reserva Ianomami repercutiu negativamente no exterior. Uma das mais antigas ONGs, a Survival International, propôs oficialmente às demais organizações envolvidas com a problemática ambiental e indígena o boicote sumário à Eco-92. A Anistia Internacional foi outra entidade que enviou telegramas de protestos ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça, ao qual a Funai é subordinada.

No início da semana, o deputado trabalhista inglês, John Batile, enviado do parlamento britânico, encontrou-se com o ministro Passarinho e com o procurador-geral da República, Aristides Junqueira. O parlamentar comunicou a preocupação do governo inglês com a situação dos Ianomami e com o desrespeito aos direitos humanos dos sindicalistas do sul do Pará. A pauta da reunião das ONGs, marcada para 12 de dezembro, em Paris, para preparar o documento para a Eco-92 chegou a ser modificada para priorizar a situação dos Ianomami.

Para amenizar a reação da área militar contra o território Ianomami, o ministro Passarinho, que, de início, também era favorável a uma outra solução, precisou negociar alguns pontos com as Forças Armadas. A portaria afirma que a faixa de fronteira dentro da reserva é de exercício pleno de soberania nacional.